



EJE-RJ

“ O jovem precisa conhecer o poder do voto”

Isabela Lobão dos Santos

Juíza Eleitoral

Isabela Lobão dos Santos é juíza de direito, titular do XVII Juizado Especial Cível e atuou como juíza eleitoral na 9ª Zona Eleitoral - Barra da Tijuca. Como palestrante do Programa TRE vai à Escola, promovido pela Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, atuou nos anos de 2015 e 2016 em escolas públicas e particulares da Barra da Tijuca e Jacarepaguá.

JEED: A senhora já participou de diversas edições do “TRE Vai à Escola”, programa social promovido pela Escola Judiciária Eleitoral (EJE) do TRE-RJ, em que magistrados fazem palestras para alunos do ensino médio sobre democracia e cidadania. Qual a importância da educação e de projetos sociais como este, em especial para os jovens?

ENTREVISTADA: O jovem precisa conhecer, minimamente, a estrutura e a organização política do nosso país, bem como o poder do voto, para estar apto a participar das escolhas que ditam os rumos que a nação tomará. Ademais, a educação e o conhecimento são instrumentos de proteção desses jovens quanto às manipulações de opinião, que vão desde as publicações de mídia tendenciosas até as formas mais graves de “compra” de votos.

JEED: A cidadania e o pluralismo político são princípios fundamentais da Constituição que se relacionam diretamente. Atualmente, no Congresso, estão em discussão propostas de reforma política, que estipulam o fim das coligações proporcionais e a instituição de cláusula de barreira. Qual sua opinião sobre esses tópicos e sobre o número de partidos políticos?

ENTREVISTADA: As eleições proporcionais visam garantir que as diversas correntes ideológicas presentes no universo de votantes possam ter um mínimo de representação na Câmara de Deputados e Assembleias Legislativas, refletindo o povo que outorga poderes a esses agentes. As propostas de alteração de normas relativas às coligações proporcionais e cláusulas de barreira são, na minha opinião, uma tentativa de correção das normas vigentes, para evitar o desvio da vontade popular que hoje vivenciamos. O sucesso dessa correção, no entanto, exige que os partidos políticos passem a representar efetivamente determinada ideologia e se formem de pessoas com semelhantes objetivos e valores, e não apenas de pessoas que se associam para chegar ao poder.

JEED: Num país com imensa desigualdade social e privação de direitos básicos à grande parcela da sociedade, a cidadania ainda é um conceito entendido para muitos como restrito ao direito de votar e ser votado. Qual importância do voto e da democracia na promoção da cidadania? Em que medida a atuação das Justiças Eleitoral e Comum pode contribuir para o fortalecimento desses valores e para promoção de uma sociedade mais justa?

ENTREVISTADA: O voto consciente, pensado e estudado é a única forma de efetiva contribuição do cidadão para a evolução favorável do estado e da sociedade. As Justiças Eleitoral e Comum contribuem para o fortalecimento dos valores citados na medida em que, por aproximação do cidadão e facilidade de acesso deste a seus sistemas, garantem que sua manifestação de vontade seja livre de vícios e os pleitos sejam blindados para fraudes.

JEED: O direito de minorias como negros, homossexuais e mulheres está na pauta de reivindicação da sociedade por uma participação mais igualitária e cidadã desses grupos. A senhora percebe ou percebeu alguma discriminação ao longo de sua carreira, pelo fato de ser mulher? Ainda existe preconceito? Em que medida, políticas afirmativas, que visam promover a participação feminina no âmbito do poder público, como a lei eleitoral que reserva, na prática, 30% do número de candidaturas para as mulheres, ou como leis que estipulam cotas de vagas em faculdades para negros?

ENTREVISTADA: Jamais sofri discriminação ou senti constrangimento de gênero no exercício da profissão. Creio que, no âmbito das carreiras jurídicas, o preconceito de gênero já esteja mitigado pelo crescente número de profissionais mulheres em atuação. Em regra, não sou favorável à política de reserva de vagas ou cotas, instituída para supostamente garantir o direito de minorias, por critérios de espécie, raça ou outros. Ressalvo, apenas, a minha concordância com relação à instituição de cotas sociais para ingresso na rede pública de ensino superior.